

Hegemonia e metáfora: potência e limites da teoria discursiva de Ernesto Laclau

Hegemony and metaphors: power and limits of Ernesto Laclau's discursive theory

Oscar Pérez Portales^a  e Carmen Burgos Videla^b 

Resumo O presente trabalho tem como objetivo avaliar a pertinência da abordagem discursiva da hegemonia na análise dos processos materiais de domínio neoliberal no contexto da América Latina. Com base em uma crítica ao determinismo economicista e ao reducionismo de classe, Ernesto Laclau constrói uma conceituação discursiva da hegemonia de grande impacto no campo dos estudos filosóficos. A abordagem discursiva é útil para superar os limites de uma concepção arquitetônica da subjetividade política, que a concebia como reflexo da relação entre base e superestrutura. Nesse sentido, a Teoria do Discurso oferece um marco frutífero para uma ontologia política contingente, que compreende a subjetividade como o produto de operações metafóricas de produção de identidades. O aparelho teórico discursivo é posto em discussão frente à perspectiva foucaultiana da biopolítica, bem como à perspectiva feminista interseccional, para complementar as condições materiais de produção do discurso neoliberal.

Palavras-chave Hegemonia. Discurso. Sujeito. Metáforas.

Abstract *This work aims to assess the relevance of the discursive approach to hegemony in analyzing the material processes of neoliberal domination, starting from a counterpoint with the Foucauldian legacy to point out its limitations. Based on a critique of economic determinism and class reductionism, Ernesto Laclau constructed a discursive conceptualization of hegemony that has had a long-lasting impact on the field of philosophical studies. The discursive approach is useful for overcoming the limits of an architectural conception of political subjectivity that understood it as a reflection of the relationship between base and superstructure. In this sense, Discourse Theory offers a fruitful framework for a contingent political ontology, which understands subjectivity as the product of metaphorical operations of identity production.*

Keywords *Hegemony. Discourse. Subject. Metaphors.*

-
- a Doutor em Filosofia pela Universidade Oriente, Cuba, 2022. Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil, 2023.
b Instituto de Investigación en Ciencias Sociales y Educación, Universidad de Atacama, Copiapó, Chile.

INTRODUÇÃO

A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau representa uma das mais amplas e profundas contribuições à Filosofia Política no último terço do século XX. Com ela como base, Laclau e Mouffe fundamentam a hegemonia como uma lógica intrínseca ao político, a própria ontologia do político que se desenvolve no espaço social (Laclau; Mouffe, 1987). Dentro dela, a noção discursiva de *antagonismo* possibilita a expansão da análise da relação entre Estado e sociedade civil. O marco categorial por eles desenvolvido oferece uma compreensão contingente da subjetividade política, enquanto emergência de práticas e relações discursivas. No contexto do capitalismo tardio, com seus profundos processos de deslocamento, precarização e digitalização dos vínculos comunicativos, das relações laborais e dos laços afetivos, tal abordagem mostrou-se produtiva para explicar a emergência dos movimentos sociais como sujeitos políticos.

Se tal marco conceitual tem sido destacado nas análises da crise dos projetos desenvolvimentistas na América Latina, hoje é ainda mais útil diante do cenário de regressão democrática do continente. Nas últimas três décadas, esse contexto tem sido o plano de desenvolvimento do Pos-Neoliberalismo, conceito desenvolvido pelo Banco Mundial que serviu para definir o surgimento de um grupo de experiências políticas que pretendiam reduzir o impacto social das políticas neoliberais (López, 2016, p. 64). Nesse sentido, o pós-neoliberalismo latino-americano reproduziu uma antropologia política que interpretou o sujeito político como determinado pela satisfação de interesses e necessidades materiais. Nesse esquema, o desenvolvimento de políticas públicas redistributivas garantiria a adesão eleitoral das populações. Por outra parte, o Pensamento Crítico Latino-americano, ao utilizar o conceito de Pós-neoliberalismo, fundamentou uma ontologia que sustenta os movimentos sociais como o “novo sujeito histórico” (Sader, 2010). Uma espécie de substituto da classe obreira que estaria determinado pela consolidação de demandas identitárias. Não é um detalhe menor examinar que, dentro dessa tradição, o *intelectual orgânico* dos movimentos de esquerda fundamenta a existência de uma identidade latino-americana como resultado dos valores e tradições de povos originários, de grupos explorados e de suas expressões de luta.

Depois de mais de duas décadas de recomposição da direita e da extrema-direita no continente, essas suposições antropológicas têm-se demonstrado inoperantes para analisar a produção da subjetividade política. Sobretudo num contexto em que dominam os valores e identidades antidemocráticas no campo do senso comum. Nisto é central a emergência da extrema direita como sujeito político e sua capacidade de produzir uma volição política exterior aos meios institucionais

de controle do conflito político. O surgimento e a produção dessas identidades põem em xeque os meios e as noções que permitiram analisar a relação entre o Estado e a sociedade civil. O domínio eficiente das relações produtivas neoliberais baseadas na autonomia do indivíduo, assim como o impacto de conglomerados digitais transnacionais no controle da opinião pública, são dois elementos centrais da capacidade de produzir identidades, discursos e práticas políticas. A partir disso, assiste-se à emergência de uma potência soberana, no sentido de uma capacidade de decisão, de reprodução e de mobilização das populações e dos territórios, que constitui uma exceção ao sistema democrático liberal.

Nesse cenário, a teoria discursiva de Laclau oferece um marco conceitual proveitoso para compreender a emergência do sujeito político da extrema direita como o resultado de uma operação metafórica. Isto é, a produção de *cadeias de significantes* que catalisam as contradições decorrentes da relação conflituosa entre a mobilidade social propiciada pelas políticas públicas e as condições de exploração laboral, comunicativa e afetiva do neoliberalismo. Assim, é possível identificar os processos de *significação* dessas contradições pelo projeto ultraliberal. Sua base reside na produção de identidades que mobilizam os indivíduos contra o desenvolvimento de políticas públicas redistributivas, a ampliação de direitos de grupos excluídos ou as medidas de mitigação da emergência climática. Um modelo que se evidencia nos casos do paradoxal apoio eleitoral de setores sociais excluídos ao populismo de extrema direita, precisamente os grupos que têm sido beneficiários das políticas públicas pós-neoliberais.

No entanto, a efetividade duma análise da hegemonia dos discursos de extrema direita no continente precisa dar conta da relação entre os significantes que produzem as posições de sujeito avaliadas e a reprodução das relações produtivas neoliberais. Sem essa relação, a produção metafórica de identidades no campo da extrema direita seria de igual natureza à dos projetos populares emancipatórios. É nesse sentido que a teoria da hegemonia precisa de um complemento analítico que preservar o caráter contingente do processo discursivo. Mas que, ao mesmo tempo, estabeleça as condições de possibilidade a partir das quais os significantes conduzem à degradação do regime democrático ou à sua radicalização, a partir da diferença. Tal esforço pode ser acometido por meio de uma análise da *biopolítica* neoliberal no espectro conceitual elaborado por Michel Foucault (Foucault, 2004).

No presente artigo, reconstruiremos o aparato conceitual da noção de hegemonia elaborada por Ernesto Laclau, fundamentando seu caráter de processo metafórico de produção de subjetividade. Tal base habilitará uma análise da emergência do sujeito político de extrema direita no continente como o resultado

da capacidade de seus significantes de hegemonizar o campo do social. Na sequência, avaliaremos o papel da análise discursiva para aquilatar os déficits das práticas políticas desenvolvidas pelos projetos populares emancipatórios. Essa análise conclui com uma avaliação do lugar da noção de *biopolítica*, bem como da perspectiva interseccional do feminismo para complementar a análise discursiva da hegemonia no âmbito da teoria laclausiana.

I - HEGEMONIA E SIGNIFICANTES NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE.

Na elaboração teórica de Laclau, a hegemonia descreve uma complexificação e integração analíticas de vários fenômenos com ampla generalidade heurística, uma operação a partir da qual renovou a análise ontológica do processo. Sua elaboração descreve uma sequência de pressupostos e afastamentos teóricos, que vão desenvolvendo seu ponto de vista e marcam as implicações da categoria e os contextos que o autor aborda. David Howarth caracteriza esse percurso em três momentos: uma recepção gramsciano-althusseriana, uma leitura pós-estrutural marcada pela influência de Foucault e Derrida, com a renúncia à noção de determinação em última instância, e um período de influência lacaniana (2004, p. 262). O presente trabalho salienta que, em independência desse percurso, a teoria da hegemonia tem, na sua base constitutiva, uma formulação discursiva que implica, a nível ontológico, que a hegemonia é uma operação metafórica.

Tal teorização discursiva parte de ampliar a compreensão de Gramsci que a conceitua como o processo de consecução de interesses a partir da reprodução de uma liderança moral ou ideológica (Gramsci, 1987). Não obstante, Laclau critica a Gramsci por sua permanência no marco ontológico da determinação do modo de produção sobre a superestrutura ideológica da sociedade. Para distanciar-se dessa formulação, a hegemonia no pensamento de Laclau estará definida pelo campo discursivo da *articulação*. O discurso não é mais uma prática social, pelo contrário, é o plano de produção da subjetividade, de produção do social. O discurso é a condição de possibilidade do social enquanto toda prática subjetiva é uma prática discursiva (Laclau, 1993). Essa radicalização de origem saussuriana substitui a morfologia do trabalho e substitui o plano da economia política como condição de possibilidade da subjetividade política.

Sobre essa base, a Teoria do Discurso fundamenta uma ontologia política contingente, capaz de dar conta do carácter conflitivo da subjetividade política, bem como do seu estatuto fenomenológico específico. Nesse marco, o sujeito político não se trata de grupos sociológicos determinados ex-antes a uma ação política definida

pelas relações de produção. Além da superação do determinismo economicista, o plano discursivo permite superar uma ontologia centrada no caráter racional, produtivo e institucional da produção de subjetividade. Isto é, possibilita a abertura das dinâmicas comunicativas, identitárias e afetivas, que dão condição à ação dos indivíduos no plano do conflito político. A subjetividade política, como conjunto de relações, noções e identidades que determinam a relação entre a sociedade civil e o Estado, passa a ser um processo político com status próprio.

Tal esforço teórico tem por centro a produção de um aparato teórico capaz de responder à emergência de movimentos sociais em torno de demandas como a liberdade sexual, a equidade de gênero ou os direitos civis de grupos excluídos. A teoria discursiva da hegemonia tornou-se especialmente útil ali onde o sindicalismo havia entrado em crise com sua ação econômico-reivindicativa voltada à organização partidária e estatal. Dessa forma, na sua formulação categorial, a hegemonia é apontada inicialmente em sua dimensão ôntica, como uma experiência específica da política marcada de forma central pela *articulação* (Laclau; Mouffe, 1987 [1985], p.230).

A hegemonia como processo de emergência dos sujeitos políticos será o resultado de um processo de articulação de identidades antagonicas. Nesse sentido, a identidade hegemônica expressa sempre uma universalidade impossível que excede os limites dos elementos sintáticos do enunciado. Sobre esta base, define-se uma fenomenologia que reconhece o caráter metafórico da produção de identidades em tanto que a emergência de um discurso implica a produção de significantes que expressem os conteúdos de uma demanda e, portanto, se expressam em *posições de sujeito*. A partir dessa compreensão, podemos entender que a possibilidade de que um enunciado como *Make America Great Again* produza posições de sujeito tem sua condição na síntese de um “inimigo” como objeto antagonico, no qual se estabelecem limites de exclusão, mais do que na satisfação de interesses materiais.

Essa emergência da subjetividade a partir da produção do antagonismo é o locus da hegemonia, a capacidade dos discursos e significantes de determinar as relações e práticas que levam os indivíduos a ocupar determinadas *posições de sujeito*. Assim, tais posições são o indicador material da volição política de movimentos sociais que se articulam em torno de demandas. O par categorial *universalidade-particularidade* caracteriza a abertura da compreensão ôntica da hegemonia, para definir seu caráter ontológico como base de desenvolvimento do político (Retamozo, 2011, p.49). Desta forma, a articulação discursiva está marcada pela relação de uma particularidade que universaliza seus enunciados em uma cadeia de equivalências. A articulação fica fixada nos seguintes termos:

A prática da articulação consiste, portanto, na construção de pontos nodais que fixam parcialmente o sentido; e o caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante por sua vez do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade (LACLAU, 1987 [1985], p.193).

Os pontos nodais na lógica discursiva não são condições ou relações socialmente localizáveis, como os interesses de classes. Constituem-se por meio de formas ou figuras linguísticas, significantes suficientemente ambíguos para representar diversos significados. A criativa articulação da linguística saussuriana e da psicanálise fundamenta o discurso como um plano ontológico que explicita o político como um processo negativo e constante de sutura, baseado na diferença radical. A hegemonia será, daqui em diante, o processo de construção de uma relação em que uma identidade particular representa uma universalidade por meio de um significante vazio que condensa identidades e discursos até então dispersos numa relação de equivalência (Rodrigues, 2019; Castillo, 2017).

Isto permite delinear a especificidade da subjetividade política como espaço ou dinâmica de formação de *tropos retóricos*. A *metáfora* e a *metonímia* serão os planos constitutivos da hegemonia como a capacidade de uma prática discursiva de construir significações que obliteram os elementos constitutivos das violências paradigmáticas que as estruturam. A *metonímia* indica o momento contingente da enunciação dos termos e a sua substituição arbitrária. A hegemonia, por sua vez, é o momento no qual tal arbitrariedade, a profundidade significativa que tornaria visível tal contradição, foi articulada, e, portanto, os termos aparecem como parte de um significado coerente de forma essencial, uma *metáfora*. Este nível de definição da hegemonia desenvolve-se interagindo com as leituras críticas de Slavoj Žižek, que, a partir da perspectiva lacaniana, defende a necessidade de introduzir uma compreensão da exterioridade discursiva, na qual o antagonismo reconheça o caráter irreduzível da alienação (Žižek, 2003, p.79). Em *Novas Reflexões...* observam-se as implicações ontológicas do termo:

Por conseguinte, a hegemonia é uma dobradiça, dado que, por um lado, ela sutura a relação entre dois elementos (a tarefa e o agente); mas, por outro, dado que esta sutura se produz no campo de uma relação primária e insuperável de deslocação, só podemos atribuir-lhe um caráter de inscrição, não de articulação necessária (Laclau, 1993, p.109).

A teoria da hegemonia formula, a partir disso, um sistema categorial que possibilita compreender o político como uma operação irreduzivelmente simbólica, não literal. A hegemonia institui-se, nesse deslocamento ontológico, como uma universalidade metafórica na qual se realiza a particularidade. Não se pode supor que um sistema de dominação chegue a ser hegemônico como um esforço externo ao sujeito que o produz. As particularidades são absorvidas na universalidade em que se realizam. Este âmbito de definição situa-nos na natureza do sujeito político como produto de uma articulação na qual ele se produz. Isto é essencial num contexto no qual se contemplam os processos materiais de desigualdade, alienação política, repressão no consumo e as condições de vida, como determinação de uma subjetividade política de forma tendencialmente emancipatória. Tal esquema contempla a hegemonia como um processo consciente, racional e institucionalmente centrado, no qual os agentes atuam a partir de valores que definem de forma inteligível as suas ações e filiações políticas (Dussel, 2006, p.51; Houtart, 2010, p. 94; Grüner, 2011, p.55; Acosta, 2011, p.83).

Esta formulação discursiva pode contribuir para compreender a subjetividade política como um momento de intercâmbio, tradução de diversas demandas e agentes em torno de um ponto nodal ou de uma demanda que consegue tornar equivalentes as identidades (Mendoça, 2009, p.158). Isto resulta pertinente para compreender que a capacidade de um agente político, partido ou movimento social de estabelecer seus interesses como hegemônicos está na consecução de uma subjetividade política, resultado da articulação de espaços e agentes diversos sob um imperativo político-afetivo (Dussel, 2006, p.125). Por isso, situar a hegemonia como articulação enquanto prática da política resulta indispensável para uma visão crítica do ato político, assim como das tendências elitizantes e burocráticas que convertem os partidos em espaço de mobilidade social, reduzindo sua capacidade como movimento. Tais dinâmicas os colocam no centro do antagonismo e da geração de fronteira, isto é, na definição das cúpulas partidárias como *os de cima*, em face do *nós*, que aglutina os indivíduos não mobilizados politicamente.

II - EXTREMA DIREITA, METÁFORA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE.

A partir dessa reconstrução é possível afirmar que a Teoria Discursiva da Hegemonia pode aportar à compreensão do paradoxo político de que, após mais de duas décadas de políticas progressivas na América Latina, se observa a emergência de uma subjetividade política que contraria os valores de respeito à diferença. Esse cenário tem por centro o questionamento das axiologias, das racionalidades e das

pautas comunicativas consensuais. Não se trata só de um movimento ideológico conservador que dispute os preceitos políticos de um campo específico como o progressismo, a esquerda ou o socialismo. A produção de sua fronteira antagônica inclui, por exemplo, a esfericidade planetária, o papel da ciência, as vacinas e a emergência climática. Trata-se de uma mobilização sem correlatos materiais, por isso é necessária uma compreensão metafórica de tal processo.

Por outra parte, no cenário latino-americano, a perspectiva discursiva da hegemonia permitiria observar os limites a partir dos quais uma parte do Pensamento Crítico do continente interpretou a formação do sujeito político que deu o triunfo eleitoral às experiências neo-desenvolvimentistas. Essa corrente de pensamento julgou o sujeito político como resultado da emergência dos movimentos sociais, de suas lutas e mobilizações. A partir da categoria de articulação, pode-se concluir que, ao contrário desse análise, este foi o resultado de um momento hegemônico no qual os movimentos sociais e partidos de esquerda condensaram demandas de setores diversos. Uma condensação que permitiu que seus valores e expectativas determinassem a pulsão *catacrética* que reduziu metonimicamente o projeto meritocrático neoliberal.

Setores sociais diferentes, parte das classes médias de arraigamento ideológico diverso e o precariado democrático mobilizaram sua filiação ou, pelo menos, retiraram de forma pontual o apoio aos partidos tradicionais. Tudo isso sob significantes vazios, que permitiram que cada grupo aderisse aos enunciados que definiam sua identidade: a redistribuição da riqueza, a luta contra a corrupção, a soberania nacional. Mas tal posição de sujeito na relação com o Estado não esteve centrada na satisfação direta de interesses materiais, senão no significante vazio constituído em torno da aplicação de políticas que representavam um referente de quebra, ruptura, renovação, disrupção de forma progressiva. Tais ações não só foram possíveis pela acumulação da renda nacional devido ao *boom das commodities*, senão também pela constituição destas num plano discursivo de disputa, a partir da mobilização dos setores excluídos e de sua conexão com a esfera pública. Não é fortuito, pelo tanto, a formação de um campo de significação no qual se supõe que um conjunto de políticas públicas estaria modificando, de forma progressiva, os sistemas normativos e as axiológicas dominantes.

A contramão dessa emergência metafórica, diversa, aberta, múltipla, capilarizada em organizações, experiências e significados, a ação política concentrou-se nos marcos institucionais de geração de consensos. Várias dessas experiências, uma vez nos governos, priorizaram as dinâmicas de fortalecimento da governabilidade institucional, assumindo uma vocação de ordem que não lhes permitiu

representar o caráter irredutivelmente negativo e conflitivo da ação de poder. Isto é, o caráter negativo da potência retórica que os tinha levado ao domínio dos institutos políticos. Ficaram assim fora dos antagonismos e viram emergir um amplo movimento conservador que usou demandas como a luta contra a corrupção, a segurança e a liberdade como significantes para rearticular o campo social e se tornar hegemônico (Segrera, 2016, p.170).

É por isso que, diante de um contexto de pós-verdade, em que *tudo o que é sólido se desfaz no ar*, é indispensável compreender os âmbitos não literais da ação política, bem como o seu caráter simbólico e sobredeterminado. Dita lógica, podemos evidenciá-la se observarmos o grau de irracionalidade a partir do qual a rearticulação do discurso e do projeto político neoconservador aglutinou um importante movimento de massas, que questiona a axiologia democrática e deliberativa. A ditos processos políticos são consuetudinários a produção de pontos nodais que se constituem a partir de significantes vazios. Um dos exemplos mais ilustrativos é a defesa de valores conservadores nos costumes, como a família tradicional, junto a uma noção hiper-liberal no âmbito económico, em nome da defesa da liberdade. Tal formulação adquire os tons do mito, pois não pode ser redutível nem decifrável a partir de uma literalidade racional nos fatos. Pelo contrário, desafia as axiologias e racionalidades modernas que supõem a localização das evidências, dos argumentos e das sequências fáticas que justificam os relatos e as identidades, e que se manifestam em valores e práticas sociais específicas.

Os movimentos eleitorais nos fornecem exemplos claros do caráter performativo do processo subjetivo na produção de significantes. Entre eles são paradigmáticos os eventos eleitorais brasileiros nos quais se ativou o pânico moral a partir de enunciados como o *kit gay* ou a *mamadeira de piroca* (Menezes, 2024, p.123). Ao mesmo tempo, a complexidade do processo de significação do real se oblitera com significantes como *bandido bom é bandido morto*, uma metáfora eficiente ao situar um inimigo antagônico que permite estabelecer pontos de pertença, motivação e identificação gregária. Diante desse cenário, a resposta, desde a irracionalização ou a redução ao absurdo dos enunciados e de seus sujeitos portadores, impediu identificar, na operação metafórica, as pulsões às quais respondiam. Longe de responder aos enunciados, sintagmas imaginários e impossíveis, a *mamadeira* ou o *kit* reais, era preciso identificar a potência mórbida que fazia com que os indivíduos adotassem suas posições de sujeitos a partir destes discursos.

Uma indagação desse tipo permite identificar, nos movimentos de protesto iniciados em 2013, o cerne da formação da cadeia de equivalência de impugnação dos câmbios sociais iniciados (Pinheiro-Machado, 2019, p.110). De uma parte,

massas populares insatisfeitas com as políticas públicas exigiam a radicalização da justiça social; de outra, setores de classe-meia, golpeados pelos ajustes fiscais, se revoltavam diante da perda de status e reconhecimento que implicava a ampliação do consumo das classes pobres. Ambos os extremos da cadeia de demandas têm na sua base os limites da ação do Estado nos marcos neoliberais nos âmbitos da segurança, saúde, educação, garantias laborais, conjugadas com a capacidade excepcional de determinar a produção da subjetividade. O marco de desenvolvimento das políticas públicas, seguindo uma antropologia de satisfação material, fez supor como dispensável a produção dessas relações como um processo de significação. E teve sua resposta num movimento anti-establishment que assumiu toda norma ou racionalidade como uma agressão à sua liberdade individual. A metafórica aparição de um *pato amarelo* gigante na fachada do capital industrial com o inquérito de: *quem paga o pato?* condensou os interesses neoliberais de recortar o gasto público e a sensação, entre importantes setores sociais, de que tinham sido afetados pela gestão das políticas distributivas.

Assim, os movimentos populistas de direita enunciam a defesa do significativo *liberdade* e da *democracia*, desde o questionamento e o atentado às suas instituições sociais, e a construção do inimigo em toda a ideologia que pretenda a redistribuição da riqueza, o reconhecimento das diversidades raciais, de gênero, sexuais ou o cuidado com o meio ambiente. As quais seriam, em suma, as condições materiais do exercício da liberdade e da democracia. É nesse sentido que a lógica da articulação progride para uma compreensão retórica da política, da operação hegemônica como o ponto de assunção das identidades, demandas, valorações do discurso subalterno numa construção de significação. Uma dinâmica em que a presença dos enunciados não expressa uma relação causal e cumpre a função de negar e ocultar as unidades sintáticas ou os termos pragmáticos da enunciação (Balsa, 2019, 36).

A noção negativa e contingente da subjetividade política permite identificar a reprodução da topologia determinista, inclusive nos termos das identidades discursivas. Isto é, a suposição de que o reconhecimento das identidades e dos discursos de grupos historicamente excluídos determinaria a hegemonização do campo ideológico. Um esquema que parte de conceber que grupos sexodiversos, migrantes, feministas, proletários estarão determinados a rejeitar o discurso e prática de extrema direita. Nesse esquema, a execução de políticas públicas redistributivas e afirmativas seria uma condição inicial para mobilizar a filiação partidária dos indivíduos nos sistemas políticos liberais.

No entanto, a mobilização de um sujeito político contrário à deliberação, ao respeito à diferença e aos valores redistributivos que caracterizam as últimas quatro décadas de teoria e discurso democrático, deixa um sem-número de exemplos contrários a tal topologia. O contexto latino-americano é, sem dúvidas, um cenário paradigmático de tal encruzilhada política. Neste, desenvolveram-se, ao longo de três décadas, ações identitárias afirmativas, com o reconhecimento legislativo aos direitos de setores sociais minoritários ou excluídos por motivos raciais, de gênero ou de origem cultural. Mas essas políticas foram assumidas como valores normativamente garantidos sem identificar que toda participação discursiva é suscetível de ser hegemônica a partir de uma relação de antagonismo. Longe das suposições, setores das elites financeiras conservadoras, necessitados de obliterar a discussão sobre a exploração laboral e a desigualdade geradas pelo neoliberalismo, usaram a afirmação identitária como base para a estruturação de uma cadeia de equivalência. Assim, os direitos das mulheres, das comunidades sexodiversas, dos movimentos antirraciais foram constituídos em pontos de exclusão para afirmar uma universalidade ameaçada. A pulsão gerada pela desapropriação neoliberal foi satisfeita com uma identidade anti-direitos sob a influência de significantes como a *ideologia de gênero*, que permitia reduzir a vocação universal destas lutas e converti-las no discurso de grupos particulares que ameaçam a *liberdade coletiva*.

A limitação da ação política aos marcos jurídico-institucionais através de *políticas públicas* canalizou a potência de impugnação contra a ordem numa produção de *fronteiras* tendo como eixo os grupos excluídos. Tal dinâmica supõe que a produção de um discurso implica a estruturação de um exercício do político, de mobilização das posições de sujeito, por isso, esse processo é um exercício soberano de gestão da relação entre a sociedade civil e o Estado. Não é simplesmente uma operação comunicativa, restrita ao domínio da difusão de sintagmas em redes sociais; o domínio de um discurso nessas plataformas resulta de uma operação metafórica que excede o âmbito comunicativo.

Na base dessas condições, encontram-se o domínio eficiente de relações produtivas neoliberais baseadas na autonomia do indivíduo, assim como o impacto de conglomerados digitais transnacionais de controle da opinião pública, dois elementos centrais da capacidade de produzir identidades, discursos e práticas políticas. A partir do qual assiste-se à emergência de uma potência soberana, no sentido de capacidade de decisão, de reprodução e de mobilização das populações e dos territórios, que é excepcional ao sistema democrático-liberal. No entanto, é também diante desse cenário que resulta indispensável a revisão da capacidade da teoria discursiva de Laclau de dar conta dessa relação. Isto é, se as condições

de possibilidade de produção das operações metafóricas e de sua produção de posições de sujeitos, num exercício excepcional da relação entre estado e sociedade civil, podem ser analisadas no marco ontológico proposto por Laclau.

III - COMPLEMENTO MATERIAL À OPERAÇÃO METAFÓRICA DA HEGEMONIA.

É inegável que a Teoria do Discurso aporta um frutífero marco categorial para a fundamentação de uma ontologia política contingente, capaz de estabelecer uma dinâmica conceitual que dá conta do caráter conflitivo da subjetividade política, bem como de seu status fenomenológico específico. No entanto, após a crítica ao essencialismo de classe e ao determinismo economicista, observa-se a negação do caráter material do conflito político. Em uma conceituação discursiva do antagonismo, que não preserva uma instância de limite nem estabelece um marco ético-normativo para a crítica das práticas políticas concretas. Este aspecto tem implicações complexas para a estabilidade da categoria em sua fundamentação ontológica. Por isso, é indispensável avaliar os limites de sua formulação para dar conta dos contextos, agentes e dinâmicas que condicionam a hegemonia enquanto processo metafórico de produção de subjetividade. Isto faz necessária a ampliação do paradigma discursivo para a análise das condições laborais, comunicativas e institucionais nas quais a biopolítica neoliberal se instaura como o discurso hegemônico. Ao mesmo tempo, resulta importante evidenciar as condições de reprodução material e simbólica que sustentam as diversas experiências ônticas da mesma como processo de ordenação da relação entre estado e sociedade civil.

No contexto atual, a proposta teórica enfrenta contradições decorrentes dos pressupostos críticos que a fundamentam. A radicalização do enfoque descritivo e fenomenológico em suas pretensões ontológicas limita a análise das diversas práticas ônticas da hegemonia a partir de um paradigma discursivo, sem referência material de limite ou de exterior discursivo. Pois o marco de compreensão da articulação reproduz as formulações racionais que pretende criticar, pois a identidade inclui a participação de uma ordem universal irreduzível, ante a qual as dinâmicas não racionais, as opressões e violências resultam suspeitas e fora das práticas hegemônicas (Butler, 2003, p.21; Žižek, 2003, p.55). Isto nos depara hoje com um paradoxo: o pós-marxismo, desde sua prevenção teórica das possíveis derivas totalitárias dos projetos de mudança, não questiona as múltiplas, refinadas, planejadas e normativas formas de produção de morte da ordem imperante e suas condições hegemônicas inscritas no modo de produção da vida:

O campo geral de emergência da hegemonia é o das práticas articulatórias, isto é, um campo em que os «elementos» não se cristalizaram em «momentos». Em um sistema fechado de identidades relacionais, no qual o sentido de cada momento está absolutamente fixado, não há lugar algum para uma prática hegemônica. Um sistema plenamente logrado de diferenças, que excluisse todo significante flutuante, não abriria o campo a nenhuma articulação; o princípio de repetição dominaria toda prática em seu interior, e não haveria nada que hegemonizar (Laclau; Mouffe, 1987 [1985], p.229).

Esse marco teórico supõe uma análise na qual a relação entre estado e sociedade civil se estabelece como um plano de disputa e de constante produção de significação. No entanto, os limites construtivistas desse desenvolvimento serão determinados pela peculiar genealogia do pensamento marxista, sua rejeição tácita a qualquer fixação de um exterior discursivo, bem como por um formalismo epistêmico que rejeita a formulação de uma premissa ético-política. Como tem se avaliado, dar conta da emergência do sujeito de extrema direita supõe uma indagação sobre as pulsões que dão condição de possibilidade à eficiência dos significantes vazios que mobilizam os indivíduos para posições de sujeito de rejeição à diferença. Para tanto, é indispensável uma análise das condições nas quais o discurso neoliberal produz os corpos como sujeitos da eficiência econômica, produzindo posições de sujeitos em que o indivíduo se produz como gestor de sua própria regulação e exploração. Mas, para isto, deveríamos reavaliar a rejeição laclausiana às análises das condições materiais de produção da vida, os conjuntos de práticas laborais, mercantis, comunicativas e institucionais nas quais o neoliberalismo, como *modo de produção* da vida, constitui o marco geral de significação.

É fundamental uma crítica às formas alienantes do neoliberalismo como modelo de crescimento lucrativo do capitalismo tardio globalizado, que subordina as esferas subjetivas à ordem de acumulação intensiva e tanática. E enfrentar igualmente os eficazes meios que reduzem a liberdade ético-política à experiência do desejo e à sua satisfação no consumo como único vínculo social ou imaginário de sociabilidade. Um complexo processo subjetivo que se instaura como barreira a qualquer tradução entre movimentos sociais. E muito mais, no esforço destes para articular demandas com grupos alienados que reproduzem as racionalidades excludentes do modo de redução libidinal da vida (Fair, 2019a, p.45; Žižek, 2003, p.35). Perante estes desafios, a teoria de Laclau supõe equiparar a emergência de novas identidades deslocadas a um suposto momento disruptivo (Howarth, 2004, p.265).

Precisamente, assiste-se a um cenário em que vários grupos assumem a disrupção e a defesa da sua identidade como elementos para relativizar o conteúdo material dos conflitos em que interagem. E, com isso, degradam também as axiologias e práticas que determinavam os processos deliberativos no espaço público. Para os movimentos conservadores, os direitos dos povos originários, das minorias étnicas e sexodiversas não passam de identidades que atentam contra o livre exercício da liberdade individual. A livre escolha de identidades e verdades, sem referências a um corpo ou a um sistema de crenças validado, não é uma expressão da emancipação pós-moderna, senão da reificação mercantil de tudo o que é real. O terraplanismo, a rejeição de toda a evidência científica não são apenas fenômenos comunicativos de massa, mas sintomas de uma pulsão que precisa questionar os elementos normativos da realidade, pois não consegue resolver o trauma, a exploração física e psíquica do capital.

É por isso que uma lógica da hegemonia, suportada por uma teoria discursiva, deve compreender que o plano de equivalência das identidades que propõe desenvolve-se num processo de redução das certezas do trabalho e de endividamento do consumo como fenômenos integrados a um imaginário de inevitabilidade do modo de produção atual (Tosel, 2012, p.186). Nesse cenário, a suposição de que os discursos provenientes da comodificação do trabalho são fontes de emancipação deve ser confrontada à luz dos estudos em torno dos processos de *governamentalidade* biopolítica (Foucault, 2010, p.215).

Ao expandir as implicações ontológicas do termo, a teoria discursiva depara-se com um argumento circular: se a hegemonia é a forma da política, a efetividade do sujeito político está garantida independentemente da sua ação. Ao mesmo tempo, o modelo de articulação não apresenta um meio de discernimento entre incomensuráveis condições materiais (Butler, 2003, p.55). Isso se deve ao fato de que a fenomenologia proposta não parte da análise das dominações ou das hegemonias existentes. A crise do sujeito político socialista estabelece-se como a base para a definição do ser da hegemonia como fenômeno, a sua ontologia. Como consequência impõe-se como limite ontológico a ideia de que apenas no quadro de relações políticas agonísticas, dentro da democracia liberal, pode desenvolver-se um sujeito político alternativo. O domínio das oligarquias financeiras, a concentração globalizada dos capitais, os processos de alienação do trabalho, a dissolução mercantil do vínculo social, a violência dos meios estatais, para-estatais, narco-militares de repressão não são dinâmicas que possam ser atendidas. Pois elas serão absorvidas por uma tendência plural inscrita no desenvolvimento hegemónico do social.

A formulação ontológica que a teoria discursiva da hegemonia nos apresenta tem um princípio de racionalidade valioso: o antagonismo só é superável a partir de práticas políticas que sejam significativas. Para isso, a “dominação do capital”, por exemplo, deve ser expressa *catacreticamente* em enunciados significativos que organizem uma volição política. Porém, não apenas não se desenvolve uma teoria adequada sobre os planos não textuais do discurso na teoria de Laclau, como afirma Balsa (2019, p.38), mas a progressiva negação do carácter material do antagonismo impede relacionar as operações retóricas com os elementos não textuais que dão condição de possibilidade ao discurso. Por exemplo, os processos laborais, comunicativos, de habitat e/ou afetivos, de aceleração temporal do trabalho e da vida, que impedem a crítica e a decodificação comunicativa dos *topos* do discurso hegemónico.

Por isso, a produtiva analítica laclausiana para dar conta do carácter metafórico da produção da subjetividade política, pode ser complementada com enfoques que resguardem o carácter acontecimental do discurso permitam dar conta das condições materiais da pulsão que condiciona a efetividade metafórica. Por exemplo, a leitura psicanalítica permite compreender que, apesar do grau de construção simbólica da repressão do desejo ou das figuras imaginárias do consumo que mitigam o trauma, a norma do discurso capitalista é intervir na economia libidinal do sujeito. O espaço da operação hegemónica é diluir a relação entre ambos os processos; sem isso, a hegemonia não tem *locus* conceptual. Se se ignora tal conflito, bem nos serviria qualquer uma das teorias normativas do comunicativo (Žižek, 2003, p. 35; Fair, 2018, p.201). Então, ao contrário do que foi colocado por Laclau e por vários de seus seguidores, como Biglieri, a hegemonia não pode ser apenas um exercício retórico (2017, p.250). Esta implica sempre relações de poder que se imprimem na literalidade dos corpos que administra o poder soberano (Montero, 2012, p.21). As condições de violência psíquica, incerteza traumática, precarização das condições de vida são um demiurgo que gera um processo de alienação comum a formas metafóricas do político totalmente inversas. Nesse sentido, os protestos sociais no Brasil de 2013 ou o assalto de uma horda de matizes totalitários às sedes dos poderes democráticos em Brasília podem ser lidos como sintomas da própria ordem hegemônica, mas de signo e conotações opostos.

Apesar do entusiasmo exegético de vários autores (Fair, 2019) sobre o carácter ético-político da obra de Laclau, o esforço antiessencialista impõe um limite conceptual importante ao elemento ético-normativo da teoria do discurso. Um viés que sustenta a conceptualização ontológica do antagonismo. Ao estruturar o modelo fenomenológico da política a partir da universalidade dos significantes

vazios, tal teoria tem um limite importante: definir a partir de que referência pode ser julgada a natureza desse exercício retórico. Ou seja, poder estabelecer juízos sobre a especificidade da produção metafórica de um discurso orientado à deliberação ou à construção de comunidade política, face a outro orientado à degradação dos espaços deliberativos democráticos (Balsa, 2018, p.41).

Nesse esforço pode ser também essencial um diálogo com as tensões que aporta a perspectiva feminista. Não é menor lembrar que é no debate com Judith Butler que a Teoria do Discurso reavalia o papel da universalidade na definição da hegemonia. O conceito de interseccionalidade nos aporta uma perspectiva teórica na qual se preserva o papel da identidade como centro de uma ontologia discursiva. No entanto, a luta feminista tem superado os limites dos debates acadêmicos para tornar possível, ou quase evidente, que a crítica das violências que reprimem, regulam e administram os corpos está estreitamente relacionada às relações de alienação do capital em suas dimensões produtiva, colonial e racial (Guadagnin, 2024, p.241). A referência às condições de exploração racial e colonial nas quais se desenvolve o discurso implica uma referencialidade material na qual todas as operações metafóricas não têm o mesmo valor e, ao contrário do referente agonístico, têm implicações sumas cero. Isto é, a hegemonia sempre implica que o estabelecimento da fronteira se desenvolve sobre corpos, grupos e sujeitos cuja vida é cegada.

Por isso, é indispensável estabelecer a especificidade do exercício metafórico que caracteriza a luta descolonial por uma democracia participativa e de justiça social, face às articulações discursivas neoconservadoras que lutam pela degradação dos limites que implicam a democracia liberal. Nisto, a renúncia à alteridade, como noção de limite das identidades e a reprodução de um modelo hobbesiano do político não permitiram estabelecer estas distinções (Vergalito, 2018, p.641; Critchley, 2004, p.116). Tais formulações geram aporias que não podem ser reduzidas formalmente a partir desta redução do discurso; as bases do político são as mesmas, a partir de uma construção emancipatória, que a partir de um projeto conservador ou reacionário. Este limite descritivo-explicativo não é uma simples contingência, mas o resultado de uma elaboração ontológica que partiu do exercício de interditar qualquer referência material às práticas discursivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau fundamenta a Hegemonia como um processo discursivo essencialmente metafórico. No sentido em que a ontologia do social é produzida em uma operação de significação situada, a partir da possibilidade de determinadas identidades de hegemonizar o campo discursivo e de

produzir posições de sujeito. As posições de sujeitos nesse marco instauram-se como um conceito-chave para uma ontologia acontecimental que supera os entendimentos deterministas e essencialistas que têm derivado em práticas políticas limitadas aos marcos de governabilidade. Desde esse modelo é possível entender a relação entre estado e sociedade civil como o campo de uma disputa pela significação do real, não como o resultado de dinâmicas de satisfação, filiação material ou de reconhecimento. Nesse próprio horizonte se compreende que as práticas e discursos de identidades dos grupos excluídos não se constituem em hegemônico a partir do marco liberal de reconhecimento legal pelo Estado. Pelo contrário, estes devem ser o ponto nodal da disputa significativa que tende a uma universalidade impossível, que se insatura num referente de radicalização das práticas e das relações entre o Estado e a sociedade civil.

A formulação clausiana é ainda mais efetiva se complementada pelas análises pós-estruturais da biopolítica aneoliberal. Desde esta podemos dar conta das condições de possibilidade da produção dos significantes vazios no contexto do capitalismo tardio. Nesse sentido, a produção da subjetividade de extrema direita mostra como os significantes vazios são os dispositivos sintomáticos do mau-estar gerado pelo regime de expropriação neoliberal. Indagar e significar essas relações, em seu status de gênero, colonial e racial, para tornar possível outro marco de significação que faça hegemônicos os valores de respeito à diferença.

REFERENCIAS.

- ACOSTA, Yamandú. *La constitución del sujeto en la filosofía latinoamericana*. Grüner, Eduardo (Coord). Los avatares del pensamiento crítico hoy por hoy. En: Nuestra América y el Pensamiento Crítico: Fragmentos de Pensamiento Crítico de América Latina y el Caribe, 2011.
- ARDITI, B. a. *Post-hegemonía: la política fuera del paradigma postmarxista habitual*. En: C. Heriberto & F. Javier (Comps.), *Política y cultura: la tensión de dos lenguajes* (1ª ed.; p. 159-193). Madrid: Biblioteca Nueva, 2010.
- BALSA, J. *Hegemonía, dialogismo y retórica*. *Diferencias*, 1(9), 33-44, 2020.
- BIGLIERI, P. *Populismo y emancipaciones. La política radical hoy. Una aproximación (con variaciones) al pensamiento de Ernesto Laclau*. *Revista mexicana de ciencias políticas y sociales*, 62(229), 2017.
- BUTLER, J. *Re-escificación de lo universal: hegemonía y límites del formalismo*. En: J. Butler, E. Laclau, & S. Žižek, *Contingencia, hegemonía y universalidad* (1ª ed.; pp. 17-48, C. Sardoy, & G. Homs, Trad.). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

- CASTILLO, C. V. *Hegemonía: aproximación a la constitución de sujetos políticos en Laclau. Mutatis Mutandis: Revista Internacional de Filosofía*, 1(9), 41-64, 2017.
- CRITCHLEY, S. *Is there a normative deficit in the theory of hegemony?*. En: S. Critchley, & O. Marchart (Eds.), *Laclau: a critical reader* (1ª ed.; pp. 113-122). New York: Routledge, 2004.
- DUSSEL, E. *20 tesis de política*. México: Siglo XXI / Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe, 2006.
- FAIR, H. *El discurso capitalista neoliberal desde una perspectiva lacaniana. Desafíos*, 31(1), 193-235, 2019 a.
- FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004.
- FOUCAULT, M. *Il faut défendre la société. Cours au Collège de France 1976*. Paris: Gallimard/Seuil, 2010.
- GRAMSCI, A. *Gramsci y la filosofía de la praxis*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 1997.
- GRAMSCI, A. *Cuadernos de la cárcel TI: Edición crítica del Instituto Gramsci. A cargo de Valentino Gerratana* (1ª ed.; A. M. Palos, Trad.). Ciudad de México: Era/Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 1999.
- GRÜNER, E. *Los avatares del pensamiento crítico, hoy por hoy*. En: E. Grüner (Coord.), *Nuestra América y el Pensamiento Crítico: fragmentos de pensamiento crítico de América Latina y el Caribe* (1ª ed.; pp. 15-74). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2011.
- GUADAGNIN, R. 12. INTERSECCIONALIDADE E O DEVIR DO GÊNERO? "O PESSOAL É POLÍTICO": ATIVIDADES REALIZADAS NO SISTEMA PRISIONAL PELO COLETIVO TERRITÓRIO EM JUSTIÇA SOCIAL. *Editora Fundação Fênix*, 233.
- HOUTART, F. *De la resistencia a la ofensiva en América Latina: cuales son los desafíos para el análisis social*. Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano, 26, 1-5, 2010.
- HOWARTH, D. *Hegemony, political subjectivity, and radical democracy*. En: O. Marchart, & S. Critchley, *Laclau: a critical reader* (1ª ed.; pp.). New York: Routledge, 2004.
- KATZ, C. *Socialismo o neodesarrollismo*. *Aporrea.org*, 30, 2006.
- LACLAU, E., & MOUFFE, C. *Hegemonía y estrategia socialista*. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- LACLAU, E. Gramsci. En: S. Critchley, S., & W. R. Schroeder, *A companion to continental philosophy*. 1ª ed.; pp. 461-468. New Jersey: Wiley Blackwell, 1991.
- LACLAU, E. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

- LACLAU, E. *Posmarxismo sin pedido de disculpas* (Con Chantal Mouffe). En: E. Laclau, *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1993.
- LACLAU, E. *Identidad y hegemonía: el rol de la universalidad en la constitución de lógicas políticas*. En: E. Laclau, J. Butler, & S. Žižek, *Contingencia, hegemonía, universalidad: diálogos contemporáneos en la izquierda*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- LACLAU, E. *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- LOPEZ SEGRERA, F (2016). *América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha* / Francisco López Segre. - 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- MENDONÇA, D. *Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (1), 153-169, 2009.
- MENEZES, Carlos André Araújo. *Expressões de uma “vingança adiada” : o kit gay e a mamadeira de piroca como movimentos performativos na linguagem* / Carlos André Araújo Menezes; orientador Vanderlei José Zacchi. – São Cristóvão, SE, 2024.
- MONTERO, A. S. *Significantes vacíos y disputas por el sentido en el discurso político: un enfoque argumentativo*. *Identidades*, 2(3), 1-25, 2012.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*. Rosana Pinheiro-Machado. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- RETAMOZO, M. *Tras las huellas de hegemonía: usos de hegemonía en la teoría política de Ernesto Laclau*. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, 16(55), 39-57, 2011.
- RODRIGUES, A. *Reformulações da teoria marxista no pós-marxismo de Laclau e Mouffe*. *Revista Inter-Legere*, 2(24), 51-80, 2019.
- SADER, E. *Posneoliberalismo en América Latina*. 1ª ed. Buenos Aires: Instituto de Estudios y Formación CTA, 2010.
- TOSEL, A. *Les deux voies de l’imaginaire néolibéral et leur tension*. *Noesis*, (20), 169-203, 2012.
- VERGALITO, E. *¿Es la teoría de la hegemonía una teoría “crítica”? Explorando los límites del pensamiento político de Ernesto Laclau*. *Isegoría*, (59), 637-650, 2018.
- ŽIŽEK, S. *¿Lucha de clases o posmodernismo? ¡Sí, por favor!*. En: j. Butler, E. Laclau, & S. Žižek (Orgs.), *Contingencia, hegemonía, universalidad: diálogos contemporáneos en la izquierda*. (ed.; pp. 95-140), 2003.